



Câmara Municipal do Recife

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva – Nível Superior

Consultor Legislativo, na Área de Educação e Cultura

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **70** questões objetivas, cada qual com **05 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e meia** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **30/09/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **01/10/2014** até as 23h59 do dia **02/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

Elvis

1

A charge acima foi publicada em agosto de 2014, momento em que havia grande número de mortes na guerra entre palestinos e israelenses no Oriente Médio; a representação gráfica inclui um conjunto de elementos alusivos ao conflito e a leitura de um deles, que está inadequada, é:

- (A) a estrela de seis pontas representa o estado de Israel;
- (B) o buraco no centro da estrela se liga aos tiros presentes no conflito;
- (C) o sangue escorrendo na base da estrela se prende ao sofrimento causado pela guerra, com muitos mortos;
- (D) a fumaça alude aos incêndios provocados pelos bombardeios na faixa de Gaza;
- (E) as diversas marcas registradas sobre a estrela judaica mostram os prejuízos sofridos por Israel.

Texto 1 – Bichos de estimação

Superinteressante, 2007

Não há um limite que estabelece até quando o apego a bichos de estimação é normal ou não. Ter um animal de estimação, na maioria dos casos, é benéfico para a saúde física e mental por ser uma forma de ter companhia e um meio de expressar emoções. Quem tem um bichinho sabe muito bem disso.

2

Entre as observações sobre a estruturação desse parágrafo no texto 1, a mais adequada é:

- (A) a forma verbal “estabelece” deveria ser substituída por “estabeleça” já que se refere a um fato real;
- (B) a expressão “até quando” deveria ser substituída por “até que ponto”, já que não se trata de referência a tempo;
- (C) o termo “bichos de estimação” deveria ser substituído por “animais de estimação” por ser um termo não coloquial;
- (D) o termo “disso” deveria ser substituído por “disto” já que tem por antecedente um elemento próximo;
- (E) o termo “bichinho” deveria ser substituído por “bicho” já que se trata de um texto científico, e não familiar.

Texto 2 – Fonte da juventude

Superinteressante, 2009

Sempre existiram jovens e velhos. Mas a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente: começou nos EUA e na Europa dos anos 20. Foi quando as universidades se tornaram comuns e atrasaram a idade em que as pessoas casavam e tinham filhos. De uma hora para outra, cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo que quase não existia antes: o limbo entre a infância e a vida adulta para valer. Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo.

3

No texto 2 há duas ocorrências do vocábulo *mais*: “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente” e “cada vez mais gente passava a desfrutar”. Sobre essas ocorrências, a afirmação correta é:

- (A) na primeira ocorrência é um termo adverbial determinado por outro advérbio (bem);
- (B) na segunda ocorrência é um advérbio de intensidade, ligado ao termo “gente”;
- (C) nas duas ocorrências, o termo exerce a função de advérbio de intensidade;
- (D) na segunda ocorrência, o termo pertence à classe dos pronomes indefinidos, com o valor de quantidade precisa;
- (E) na primeira ocorrência se trata de um advérbio de tempo.

4

A frase do texto 2 “Sempre existiram jovens e velhos” pode ser reescrita de forma adequada e mantendo-se o sentido original do seguinte modo:

- (A) houveram sempre jovens e velhos;
- (B) não só jovens, mas também velhos sempre houveram;
- (C) jovens, assim como velhos, sempre houve;
- (D) nunca deixaram de haver jovens e velhos;
- (E) nunca deixou de existir jovens e velhos.

5

A frase abaixo, retirada do texto 2, que exemplifica a variedade coloquial da linguagem é:

- (A) “sempre existiram jovens e velhos”;
- (B) “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente”;
- (C) “foi quando as universidades se tornaram comuns”;
- (D) “cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo”;
- (E) “um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

6

“Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

O termo “aliás” equivale semanticamente a diferentes expressões; no caso do texto 2, seu significado é:

- (A) de outra maneira;
- (B) do contrário;
- (C) além do mais;
- (D) não obstante;
- (E) a propósito.

Texto 3

Galileu, maio 2009

“Alguns alimentos têm as características modificadas quando entram em contato com o ar porque ocorre uma troca de umidade. Os pães ficam duros porque têm muita água, e os biscoitos amolecem devido ao fato de quase não levarem água”.

7

Em relação ao primeiro período do texto 3, o segundo período funciona como:

- (A) oposição a uma afirmação anterior;
- (B) retificação de algo afirmado;
- (C) repetição, em outras palavras, de algo já dito;
- (D) exemplificação de um fato;
- (E) explicação de um conceito.

Texto 4 – Como surgiu a linguagem humana?

Galileu, junho 2008

Embora não exista uma resposta fechada para a pergunta, há alguns experimentos e teorias que sugerem que o início do processo se deu entre os antepassados do Homo Sapiens, há 1,5 milhão de anos. A hipótese mais considerada pelos especialistas para o início da linguagem é a antropológica. Segundo ela, o processo resultou da necessidade do homem, além de se comunicar socialmente, garantir sua sobrevivência. (adaptado)

8

No texto 4 a frase inicial “Embora não exista uma resposta fechada” tem uma substituição inadequada em:

- (A) Posto que não exista uma resposta fechada;
- (B) Malgrado não existir uma resposta fechada;
- (C) Não obstante não existir uma resposta fechada;
- (D) Ainda não existindo uma resposta fechada;
- (E) Apesar de não existir uma resposta fechada.

9

No texto 4, a norma culta NÃO é rigorosamente respeitada no seguinte segmento:

- (A) “há alguns experimentos e teorias”;
- (B) “há 1,5 milhão de anos”;
- (C) “o processo resultou da necessidade do homem”;
- (D) “o início do processo se deu”;
- (E) “além de se comunicar socialmente”.

10

No texto 4, a pergunta do título:

- (A) é ignorada no desenvolvimento do texto;
- (B) é respondida de forma vaga e imprecisa;
- (C) não é respondida satisfatoriamente no texto;
- (D) é claramente respondida, ainda que sob um só ponto de vista;
- (E) é respondida, mas de forma não técnica.

Texto 5 – Nossa nova língua portuguesa

Julia Michaelis, *Galileu*, agosto 2009

Logo que comecei a trabalhar como editora, reparei que a diferença entre a língua falada e a escrita é maior em português do que em inglês, meu idioma nativo. Um estrangeiro pode passar anos sem topar com uma ênclise. De repente, abre um livro e “paft!” As pessoas não se sentam; sentam-se. Uma porta não se fecha; fecha-se. O ex-presidente Jânio Quadros uma vez falou “fi-lo porque qui-lo”. Tradução: fiz porque quis – e foi por causa da ênclise falada que a frase entrou na história.

11

Com base no texto 5, o ex-presidente Jânio Quadros negou várias vezes ter dito essa frase porque, sendo ele professor de Língua Portuguesa, jamais poderia tê-la dito em função de estar errada. Sua forma correta e mais adequada seria:

- (A) Fi-lo porque o quis;
- (B) Fiz isso porque qui-lo;
- (C) Porque qui-lo, o fiz;
- (D) Fiz isso porque isso quis;
- (E) Fi-lo porque quis-lhe.

12

A forma enclítica do pronome “o” junto ao pretérito perfeito do verbo “querer” que mostra incorrecção é:

- (A) Eu qui-lo;
- (B) Tu quiseste-o;
- (C) Nós quisemos-lo;
- (D) Vós quiseste-lo;
- (E) Eles quiseram-no.

13

No texto 5, a “tradução” da frase “Fi-lo porque qui-lo” está:

- (A) correta, porque o pronome complemento é indispensável;
- (B) inadequada, pois falta o pronome complemento;
- (C) incorreta, porque mostra erro de gramática;
- (D) adequada, já que os pronomes são redundantes;
- (E) imprecisa, pois estão ausentes os sujeitos das frases.

14

Um texto publicitário de um plano de saúde emprega a seguinte frase: “Você quer um plano de saúde para seus pais e nenhum te atende?”.

Se quiséssemos reescrever essa mesma frase dentro das regras da norma culta, deveríamos:

- (A) omitir o termo “você” no início da frase;
- (B) trocar o pronome possessivo “seus” por “teus”;
- (C) trocar o pronome “te” por “lhe”;
- (D) trocar o pronome “te” por “se”;
- (E) colocar “você quer” no plural: “vocês querem”.

Texto 6 – Poupar é possível

Elaine Toledo, *Claúdia*

Sempre dá para separar um dinheirinho para o futuro. Em sete passos fáceis, veja como: 1. Ande com um caderninho na bolsa e anote tudo o que gasta para saber para onde está indo seu dinheiro. 2. Se você não tem certeza de que conseguirá conter seus impulsos, deixe em casa cartões de crédito e cheques. Estabeleça um limite em dinheiro para carregar na carteira. 3. Planeje suas compras, todas elas, e pague apenas à vista. 4. Sempre pesquise preços e pechinche. 5. Só compre pela internet ou pelo telefone se for algo necessário, oferecido a um preço ótimo (a internet é um prato cheio para compradores compulsivos). 6. Passe longe das liquidações. 7. Pesquise pacotes econômicos para celular, telefone fixo, internet e TV a cabo.

15

A frase do texto 6 que traz somente marcas de linguagem formal é:

- (A) “sempre dá para separar um dinheirinho”;
- (B) “para saber onde está indo seu dinheiro”;
- (C) “sempre pesquise preços e pechinche”;
- (D) “a internet é um prato cheio para compradores”;
- (E) “pesquise pacotes econômicos para celular”.

16

No texto 6, a marca que indica uma preocupação com o paralelismo na construção de grande parte das frases do texto é:

- (A) o início traz sempre uma forma verbal;
- (B) o emprego de formas de imperativo;
- (C) o apelo ao humor nas instruções;
- (D) o uso de formas coloquiais de linguagem;
- (E) a presença de testemunhos de autoridade.

17

Um adolescente manda, por meio das novas tecnologias da comunicação, a seguinte mensagem para a namorada: *Ñ preciso dzer o qto amo vc né?*

A linguagem empregada, nesse caso, mostra:

- (A) a utilização de gírias e neologismos;
- (B) o emprego de variedades regionais de nossa língua;
- (C) o excessivo emprego de linguagem figurada;
- (D) o apelo a muitas imagens;
- (E) a preocupação com a brevidade.

Texto 7

Em 3 de novembro de 1957, a cadela Laika se tornava o primeiro animal da Terra a ser colocado em órbita. A bordo da nave soviética Sputnik2, ela morreu horas depois do lançamento, mas pôde entrar para a história da corrida espacial.

O animal escolhido para ir ao espaço era uma vira-latas de 6Kg de nome kudriavka. Depois os soviéticos decidiram renomeá-la como Laika. Sua cabine tinha espaço para ela ficar deitada ou em pé. Comida e água eram providenciadas em forma de gelatina. Ela tinha uma proteção e eletrodos para monitorar seus sinais vitais. Os primeiros dados da telemetria mostraram que ela estava agitada, mas comia a ração.

Apesar de toda a preparação, ela morreu devido a uma combinação de superaquecimento e pânico, deixando alguns cientistas tristes.

18

O texto 7 pode ser incluído entre os textos de tipo:

- (A) narrativo com traços descritivos;
- (B) descritivo com traços dissertativo-expositivos;
- (C) descritivo, com traços dissertativo-argumentativos;
- (D) dissertativo argumentativo com traços narrativos;
- (E) dissertativo expositivo com traços descritivos.

19

O texto 7, inicialmente, se refere a uma “cadela” e, mais tarde, se refere a ela como “animal”, estabelecendo uma relação de anáfora por meio de um hiperônimo. O mesmo aconteceria no seguinte par de palavras:

- (A) soviéticos / russos;
- (B) gelatina / alimento;
- (C) morrer / falecer;
- (D) história / conhecimento;
- (E) espaço / universo.

20

No texto 7 há duas ocorrências do vocábulo “mas”; em ambos os casos, esse vocábulo:

- (A) marca uma oposição entre dois segmentos;
- (B) indica posicionamentos críticos diante de algum fato;
- (C) explicita uma relação lógica entre dois termos;
- (D) introduz um aspecto positivo após a citação de algo negativo;
- (E) esclarece alguma ideia anterior.

21

A frase “o animal escolhido para ir ao espaço” traz uma segunda oração na forma reduzida; a forma adequada dessa mesma oração, caso desenvolvida, é:

- (A) o animal escolhido para que vá ao espaço;
- (B) o animal escolhido para a ida ao espaço;
- (C) o animal escolhido para que fosse ao espaço;
- (D) o animal escolhido a fim de ir ao espaço;
- (E) o animal escolhido para que tivesse ido ao espaço.

22

Na frase “deixando alguns cientistas tristes”, há a presença de uma forma verbal no gerúndio. A frase abaixo em que a forma sublinhada pertence a uma categoria verbal diferente é:

- (A) Laika esteve vijando pelo espaço.
- (B) muitos ficaram lamentando a morte da cadelinha.
- (C) nem todos estavam participando da corrida espacial.
- (D) a cadela tinha vido para o centro espacial.
- (E) a nave espacial estava superaquecendo.

23

Em “pôde entrar para a corrida espacial” há somente uma oração, pois “pôde entrar” é uma locução verbal; a frase abaixo em que há somente uma oração é:

- (A) a tripulação mandou desembarcar a mercadoria;
- (B) a cadela sentiu estremecer a nave;
- (C) a cadelinha quis sair da nave espacial;
- (D) os cientistas deixaram morrer o animal;
- (E) a cadelinha via chegar a ração.

Texto 8 – A Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade revelou nesta segunda-feira, 4, que o governo militar determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972, que não atendessem a nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão.

O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores.

O Estado de São Paulo, 04 fev 2013

24

Com base no texto 8, o emprego do verbo “revelar” mostra que:

- (A) foi algo dito sob ação de tortura;
- (B) se tratava de um segredo;
- (C) se refere a algo comunicado de forma oficial;
- (D) indica uma verdade insuspeitada;
- (E) demonstra algo contado com superação do medo.

25

“revelou nesta segunda-feira”; de acordo com o texto 8, o emprego da forma do demonstrativo “nesta”, nessa frase do texto, se deve ao mesmo motivo que levou a seu emprego na seguinte frase:

- (A) João e Maria chegaram, mas esta de táxi.
- (B) Esta blusa que visto foi presente de meu marido.
- (C) Esta é a verdade: todos devem estudar mais.
- (D) Esta época é a de maior frio.
- (E) Nesta sala todos são luteranos.

26

No texto 8 há uma série de elementos duplos; o par abaixo em que o segundo elemento traz certa intensificação do primeiro é:

- (A) no Brasil / no exterior;
- (B) nacionais / internacionais;
- (C) mortos / desaparecidos;
- (D) denunciando / cobrando;
- (E) desaparecimentos / assassinatos.

27

Os elementos do texto 8 que mantêm entre si uma relação de concordância nominal ou verbal são:

- (A) violações de direitos;
- (B) torturas, desaparecimentos e assassinatos;
- (C) pedido de esclarecimento;
- (D) assassinatos de opositores;
- (E) anistia internacional.

28

“O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 8, a única afirmativa correta é:

- (A) o termo “às ações” completa o termo “reação”;
- (B) Anistia Internacional traz letras maiúsculas iniciais para que sua importância fosse aumentada;
- (C) há uma vírgula antes do pronome relativo “que” por tratar-se de uma oração restritiva;
- (D) o conector “sobre” deveria ser substituído por “sob”;
- (E) o termo “de opositores” serve de complemento dos três termos anteriores.

29

A opção abaixo em que a troca de posição dos termos sublinhados altera o significado da frase original é:

- (A) “determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972...”;
- (B) “nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais ...”;
- (C) “sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão”;
- (D) “que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos”;
- (E) “torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

30

“que não atendessem a nenhum pedido”; a forma adequada de reescrever-se essa frase do texto 8 de modo a retirarem-se as negações e mantendo-se o sentido original é:

- (A) que nenhum pedido fosse atendido;
- (B) que deixassem de atender a qualquer pedido;
- (C) que algum pedido fosse atendido;
- (D) que não atendessem a pedido algum;
- (E) que atendessem a quaisquer pedidos.

Legislação Específica

31

De acordo com a Lei Orgânica do Município do Recife, as comissões parlamentares de inquérito da Câmara Municipal:

- (A) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno;
- (B) serão criadas a requerimento, no mínimo, da maioria absoluta dos Vereadores;
- (C) terão por objeto a apuração de fato que atente contra a dignidade e decoro dos integrantes do poder público, ainda que o fato não seja determinado no início dos trabalhos;
- (D) observarão o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogável de forma justificada por igual período, com limite de 180 (cento e oitenta) dias;
- (E) investigarão exclusivamente fatos graves envolvendo parlamentares municipais e terão poderes próprios de autoridades legislativas.

32

O processo legislativo no Município do Recife, consoante dispõe sua lei orgânica, compreende a elaboração de emendas:

- (A) à Constituição Estadual, leis complementares, leis ordinárias e leis delegadas;
- (B) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções;
- (C) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos;
- (D) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias;
- (E) à lei orgânica, leis ordinárias, leis de iniciativa popular e decretos do Executivo.

33

Em tema de Poder Legislativo Municipal, a Lei Orgânica do Município do Recife dispõe que:

- (A) a Câmara Municipal reunir-se-á anualmente no período de trabalho legislativo ordinário de 01 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;
- (B) compete privativamente à Câmara Municipal sancionar, promulgar e fazer publicar leis, bem como expedir decretos e/ou regulamentos para sua fiel execução;
- (C) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração direta ou indireta será exercida pelo Tribunal de Contas Municipal;
- (D) compete privativamente ao Presidente da Câmara Municipal declarar a necessidade, a utilidade pública ou o interesse social, para fins de desapropriação nos termos da lei federal;
- (E) o Presidente da Câmara remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 (trinta) de abril do exercício seguinte, as contas do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

34

O Município do Recife, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa. A Lei Orgânica do Município do Recife estabelece que o processo de participação popular será exercido por meio de instrumentos como:

- (A) as associações de moradores;
- (B) as audiências públicas;
- (C) o tribunal do júri;
- (D) o direito de livre associação;
- (E) o direito de livre reunião.

35

É forma de provimento originário de cargo público, segundo o estatuto dos servidores do Município de Recife:

- (A) a promoção;
- (B) a reintegração;
- (C) o aproveitamento;
- (D) a nomeação;
- (E) a readaptação.

36

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Recife, o servidor municipal tem direito, assegurada a percepção integral de vencimentos do cargo, à licença:

- (A) prêmio, no período de 03 (três) meses, após cada 3 (três) anos de efetivo exercício prestado exclusivamente ao Município, podendo ser convertido em pecúnia o período não gozado por necessidade de serviço;
- (B) à gestante, mediante inspeção médica, pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, incluída nesse período a licença para aleitamento, que fica condicionada à nova perícia médica;
- (C) para tratamento de saúde por período de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável excepcionalmente uma única vez por até mais 12 (doze) meses nos casos considerados recuperáveis, mediante nova inspeção médica;
- (D) por motivo de doença em pessoas de sua família, no prazo máximo de 12 (doze) meses, mediante inspeção médica;
- (E) para trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez por até mais 2 (dois) anos.

37

Consoante dispõe a Lei nº 14.728/85 (Estatuto dos Servidores do Município do Recife), o servidor que comete ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo se em legítima defesa, é passível de sofrer pena disciplinar de:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão;
- (C) exoneração;
- (D) demissão;
- (E) multa e suspensão.

38

O Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que a comissão de ética parlamentar:

- (A) é composta por 3 (três) membros, que se reúnem mensalmente ou quando houver convocação de seu presidente;
- (B) tem como presidente o vereador mais votado nas eleições, dentre os membros da comissão;
- (C) tem caráter transitório, sendo instaurada quando houver notícia de fato concreto, determinado e individualizado que atente contra a ética parlamentar;
- (D) é competente para instruir processos contra o Prefeito, em casos que importem sanções éticas a serem submetidas ao plenário;
- (E) tem as mesmas prerrogativas de uma comissão parlamentar de inquérito.

39

Em matéria de deveres fundamentais dos vereadores, o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que, no exercício do mandato de parlamentar, o Vereador deve:

- (A) comparecer a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das sessões ordinárias, excetuando-se os casos de licença;
- (B) receber pessoalmente os cidadãos que o requererem, devendo fazê-lo, ao menos, uma vez por semana;
- (C) respeitar a posição adotada por seu partido político, votando conforme a orientação do líder partidário;
- (D) manter sigilo sobre as atividades que cheguem a seu conhecimento, que possam resultar em mal uso do dinheiro público, favorecimentos indevidos e prática do corporativismo;
- (E) propor, ao menos, 5 (cinco) projetos de leis por ano a serem votados pelo plenário.

40

O Vereador que infringir o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife, agindo com conduta incompatível com o decoro parlamentar, se submeterá às seguintes sanções:

- (A) censura, multa e suspensão do exercício do mandato;
- (B) censura, suspensão do exercício do mandato e perda do mandato;
- (C) advertência, repreensão e suspensão do exercício do mandato;
- (D) advertência, multa e perda do mandato;
- (E) advertência, repreensão e cassação do mandato.

Conhecimentos específicos**41**

Hoje ainda se discute a relevância e o papel da brincadeira no desenvolvimento das crianças. Para Brougère, através do brincar as crianças constroem diversas relações com os objetos que as cercam (de ganho, perda, utilidade, posse, autoria, etc.), relações essas que mais tarde, na vida adulta, se reproduzem com os demais objetos do cotidiano. Frente às ideias apresentadas pelo autor, pode-se concluir que:

- (A) a brincadeira não deve ocorrer de forma espontânea, sendo sempre premeditada e controlada por um adulto, caso contrário poderia resultar na formação de relações inadequadas entre as crianças;
- (B) se uma criança ganhar brinquedos em demasia, ela acabará por superdesenvolver o sentimento de posse, o que a transformará em um indivíduo egoísta e individualista;
- (C) o excesso de objetos no ambiente não é desejável, pois confunde a criança e dificulta seu processo de se relacionar com as coisas;
- (D) a brincadeira é essencialmente um ato espontâneo, mas se faz impossível em ambientes carentes de estímulo, pois só a partir desses estímulos que a brincadeira acontece;
- (E) é importante desenvolver na criança uma socialização a partir da relação com o objeto, para tal, é essencial que se criem ambientes estimulantes e se dê liberdade para a brincadeira.

42

“Para o positivismo e a mentalidade positivista o conhecimento é constituído, basicamente, por fatos, dados empíricos e como sendo algo externo e alheio ao sujeito. Por isso, tenta objetivar as relações sociais com fim de reduzir o mais possível o fator humano por via do tratamento neutro, excluindo os processos mentais da aprendizagem e substituindo-os por leis de conduta. Conhecer equivale a aprender fatos, coisas, dados.” (J. M. ÁLVAREZ MÉNDEZ. *Avaliar para conhecer, examinar para excluir.*)

No trecho, o autor faz uma crítica à concepção positivista de conhecimento apresentada. Pode-se encontrar tal concepção no método avaliativo, no qual:

- (A) objetivos são previamente mensurados a partir do currículo da disciplina e devem ser almejados por todos os alunos em um determinado período de tempo;
- (B) o aluno deve realizar provas periodicamente, sendo que seus progressos e dificuldades percebidos culminam na reestruturação de seu currículo;
- (C) a principal preocupação é com o desenvolvimento holístico do aluno, com ênfase a uma formação geral em detrimento de uma formação técnica;
- (D) a perspectiva é a de que o conhecimento é socialmente produzido e impassível de neutralidade, de forma que busca desenvolver principalmente um sujeito crítico e indagador;
- (E) os alunos devem avaliar o curso e a si mesmos, buscando entender que elementos no processo de ensino-aprendizagem são positivos e negativos a fim de potencializá-los ou não.

43

Para Ligia Martha Coelho, há três grandes concepções contemporâneas que promovem políticas de educação integral: a da escola como escudo social; a do tempo integral; e a do currículo integral.

A primeira promove o aumento da jornada escolar para que as crianças residentes em locais de risco social fiquem expostas o mínimo possível a sua realidade precária. A segunda o faz porque entende que uma escola com mais tempo de trabalho com a criança promoverá necessariamente uma educação de maior qualidade. Por fim, a terceira concepção entende esse aumento na jornada escolar apenas como uma consequência necessária da instituição de um currículo integral para essa escola, ou seja, um currículo que busque uma formação completa do sujeito, em todas as suas dimensões.

Dessa forma, a escola que melhor representa a ideia do currículo integral é a que:

- (A) promove atividades culturais, esportivas e de apoio ao ensino regular para os alunos de baixa renda em seu contraturno;
- (B) abre espaço para que a comunidade desenvolva diversas atividades complementares optativas após as aulas;
- (C) dobra a carga horária de suas disciplinas, chegando a mais de sete horas de jornada diária escolar;
- (D) desenvolve atividades escolares diversificadas, buscando novas abordagens na relação de ensino-aprendizagem, assim como o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades;
- (E) oferece um curso expandido para os alunos interessados, no qual são disponibilizadas atividades adicionais de ensino de artes e oficinas diversas, na parte da tarde.

44

É inegável a importância política que a Educação recebeu nas últimas décadas, elevando-se o tempo em que ela é vista como direito público subjetivo, portanto obrigatória. Assim, a atual legislação, depois da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, e da Lei nº 12.796, de 2013, apresenta como obrigatório(a):

- (A) o ensino fundamental para todos as crianças em idade escolar;
- (B) o ensino fundamental, independentemente da idade;
- (C) a educação básica, dos quatro aos dezessete anos de idade;
- (D) a educação básica, do zero aos dezessete anos de idade;
- (E) o ensino fundamental e o ensino médio, para todos.

45

Paulo Freire, no livro “O Educador: vida e morte” (org. BRANDÃO, Carlos Rodrigues) atesta a natureza política da Educação e as relações de poder que se formam nesse campo. Na obra, o autor critica os educadores por seu distanciamento, muitas vezes intencional, dessas questões. Em suas palavras devemos sempre nos perguntar “... **em favor de que** conhecer e, portanto, **contra que** conhecer; **em favor de quem** conhecer e **contra quem** conhecer” (grifos do autor).

Levando em consideração a fala do autor, pode-se concluir que:

- (A) a educação é uma manifestação política que transcende a figura do educador, que, dessa forma, acaba por ter pouca autonomia em sua ação e em seu discurso, tendo que submeter-se às ideologias dominantes;
- (B) uma vez que a política é fruto dos processos educacionais, o educador acaba por deter em suas mãos um grande poder de formação de opinião e de discurso, o qual muitas vezes negligencia, desenvolvendo uma educação alienante;
- (C) a dimensão política da sociedade se manifesta com grande intensidade na figura do educador e, conseqüentemente, do educando, que acabam por sofrer uma grande coerção em seus modos de agir e pensar;
- (D) é importante que o educador busque, na medida do possível, abafar suas perspectivas políticas durante o ato de educar, pois só assim se pode atingir uma neutralidade científica adequada e justa para com o educando;
- (E) o educador deve assumir e reconhecer sua não neutralidade frente ao ato político de educar e para tal ele não deve omitir a intencionalidade de seu discurso, mas justamente expô-la.

46

No meio escolar, nas diferentes formas de mídia ou mesmo na rotina do dia a dia, não é incomum que nos deparemos com diversos problemas intencionalmente elaborados para testar a nossa inteligência, como provas, perguntas traiçoeiras, programas de perguntas e respostas, enigmas, etc.

Nesses casos, normalmente se associa a ideia de inteligência a nossa capacidade e velocidade de raciocínio ou a nossa habilidade de memorizar e recordar acontecimentos, coisas e fatos.

Para Gardner, a inteligência humana engloba um universo muito maior e mais complexo de habilidades que seriam mais ou menos desenvolvidas em cada um de nós. Para entendê-las e estudá-las ele as dividiu em nove categorias distintas, no que o autor chama de teoria das inteligências múltiplas.

Em uma escola que se baseia nessa teoria para compor seu Projeto Político Pedagógico, uma de suas possíveis diretrizes teria como formulação a ideia de que:

- (A) o corpo docente e a equipe pedagógica da escola deveria desenvolver semanalmente meios e atividades de ensino voltados para uma formação interdisciplinar do aluno, na medida em que a articulação entre os diferentes conhecimentos escolares traria mais sentido e seria mais interessante para o processo de ensino-aprendizagem;
- (B) as práticas escolares de ensino e administração seriam norteadas por projetos mensais, nos quais os docentes e o corpo pedagógico da escola buscariam desenvolver atividades escolares voltadas para o desenvolvimento de diferentes conjunto de práticas, habilidades e conhecimentos;
- (C) todas as disciplinas oferecidas por essa escola teriam como princípio educativo o desenvolvimento das habilidades de socialização e interação de seus alunos, somado aos objetivos de ensino dos conteúdos específicos de cada disciplina;
- (D) além do dever de promover o ensino dos conhecimentos escolares próprios a cada série, essa escola teria como objetivo promover o desenvolvimento do corpo e da saúde física de cada aluno;
- (E) o objetivo dessa instituição seria o desenvolvimento de pessoas de elevado raciocínio crítico e fortemente aptas para ingressar no mercado de trabalho de forma competitiva.

47

Saviani, ao discutir o ensino médio na Revista Brasileira de Educação (v.12 n.34 jan./abr. 2007) defende: “O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos.” (p. 161).

De acordo com a fala de Saviani, o ensino médio deve:

- (A) formar técnicos sim, mas especializados em diversas linhas produtivas diferentes;
- (B) trabalhar para a formação de profissionais voltados não apenas para o trabalho manual, mas adestrá-los para todos os processos e técnicas produtivas;
- (C) superar a ideia de uma formação técnica e promover uma formação que possibilite a seus alunos o ingresso no ensino superior;
- (D) formar trabalhadores sem que eles caiam na passividade intelectual, assim como se deve evitar que eles (no caso de uma formação superior) caiam no academicismo;
- (E) se preocupar com uma formação omnilateral do aluno, removendo de seu currículo qualquer perspectiva de uma educação para a produção.

48

Para a socióloga Isambert-Jamati, o magistério passa por um processo de desprofissionalização. Isso é, o surgimento de um sentimento generalizado de desresponsabilização pelo serviço, de desunião (falta de objetivos e metas comuns) e de isolamento (falta de articulação entre os profissionais do campo).

Nesse sentido, são elementos que contribuem para a desprofissionalização do cargo docente:

- (A) o enfraquecimento do sindicato da categoria e a baixa remuneração;
- (B) a baixa remuneração e uma formação profissional unificada;
- (C) uma formação profissional diversificada e a forte sindicalização da categoria;
- (D) a oferta estatal de formação continuada e uma formação profissional unificada;
- (E) uma formação profissional diversificada e o estabelecimento de metas para a educação nacional.

49

Historicamente, a educação brasileira tem implementado práticas pedagógicas inspiradas naquelas desenvolvidas em sistemas educacionais estrangeiros, como o francês, o italiano e o americano. Nas últimas décadas, talvez uma das propostas pedagógicas mais contundentes e de maior impacto para o cenário educacional brasileiro, tenha sido o que muitos autores denominaram *meritocracia* ou pedagogia liberal, em muito inspirada em experiências americanas.

Como o próprio nome sugere, a *meritocracia* apropria-se da ideia da formação escolar como um dever e mérito do aluno, quase que excluindo a Escola desse processo. Dessa forma, esse modelo educacional legitima as relações de domínio típicas dos sistemas de classe na medida em que:

- (A) promove sistemas educacionais distintos para as diferentes camadas sociais, com níveis de qualidade baseados nos diferentes níveis de poder aquisitivo;
- (B) associa a causa do bom desempenho escolar com o perfil individual do estudante, ocultando a relação entre o fracasso/sucesso escolar e a origem social dos alunos;
- (C) possibilita a todos os alunos as mesmas condições de aprendizagem e as mesmas possibilidades de sucesso;
- (D) possibilita que os alunos de menor poder aquisitivo ascendam para as classes de maior poder a partir do bom desempenho escolar;
- (E) estimula a cooperação e o *ranqueamento* entre os alunos e entre as unidades escolares.

50

Conforme o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no Brasil as diferentes esferas do poder público têm o dever de organizar e administrar suas próprias redes de ensino. Para tal, recebem considerável liberdade e autonomia no planejamento e manutenção dessas redes.

Como consequência dessa descentralização do ensino nacional, cada uma dessas redes acaba se estruturando de uma forma diferente.

Se destacarmos como exemplo o trabalho de supervisão escolar, temos redes nas quais o supervisor é interno (alocado na própria escola) e outras que estes realizam um trabalho externo (sendo alocados na respectiva Secretaria de Educação). Dessa forma, o supervisor externo muitas vezes acaba por ser visto como um mero fiscal das práticas escolares e isso ocorre porque:

- (A) sua formação não o qualifica para o trabalho fora do ambiente escolar;
- (B) as Secretarias de Educação não têm autoridade sobre as práticas escolares;
- (C) o supervisor acaba se afastando dos processos pedagógicos que são construídos no interior da escola;
- (D) a visita do supervisor às escolas só ocorre no caso de denúncias contra a instituição;
- (E) esse cargo, diferentemente do supervisor interno, não demanda uma formação pedagógica.

51

“De maneira geral, pode-se considerar que as colocações acerca do problema da Administração Escolar, no Brasil, tendem a se movimentar entre duas posições antagônicas: de um lado, a defesa dos procedimentos administrativos na escola sob a forma de adesão ao emprego, aí, dos princípios e métodos desenvolvidos e adotados na empresa capitalista; de outro, a negação da necessidade e conveniência da própria administração na situação escolar.” (PARO, V. H. *Administração Escolar: introdução crítica.*)

Em sua obra, Vitor Paro critica ambas as concepções apresentadas no trecho destacado, acusando-as de serem inadequadas e insuficientes para que se desenvolva um eficiente planejamento escolar.

Dessa forma, para Vitor Paro, tanto a administração de caráter empresarial quanto a falta de uma preocupação administrativa no interior da escola incorrem no mesmo erro:

- (A) a universalização de um determinado modelo administrativo produtivista imposto às dimensões da vida social, que em nada se assemelham aos processos de produção capitalistas;
- (B) o de não considerarem os determinantes sociais, econômicos e culturais específicos do ambiente escolar, na organização das práticas da escola;
- (C) o de desarticularem a administração escolar das políticas educativas desenvolvidas nas diferentes redes de ensino do país;
- (D) o de não reconhecerem a administração como uma prática necessária e central para o bom planejamento e manutenção do ambiente escolar;
- (E) o de ratificarem a desarticulação histórica da administração escolar com os condicionantes sociais e econômicos dos modos de produção contemporâneos.

52

A educação escolar em assentamentos indígenas é um tema que gera muita polêmica entre pensadores que se preocupam com a preservação e o desenvolvimento das culturas indígenas pós colonização.

Isso ocorre, principalmente, pelas consequências contraditórias da educação escolar nesses assentamentos, que sob determinadas óticas enfraquece a autonomia e as práticas culturais das diferentes culturas indígenas; mas, sob outras, acaba se tornando um elemento de resistência e disseminação dessa cultura.

Podemos dizer, por exemplo, que a educação escolar indígena promove o ensino das línguas indígenas e suas tradições às novas gerações; ainda, é através dessa escola que os diferentes índios podem adquirir conhecimentos (políticos, econômicos, culturais, jurídicos, etc.) necessários para que possam se manifestar e reivindicar seus direitos enquanto etnia.

Na contrapartida dessa perspectiva, a educação escolar indígena é vista como um elemento que continua um processo de colonização da cultura europeia sobre as culturas indígenas do Brasil, na medida em que:

- (A) desenvolve nessas comunidades práticas educativas e formas de estruturação do conhecimento ocidentais, atípicas às culturas indígenas;
- (B) não permite dentro dessas escolas uma composição docente completamente indígena, tendo que haver a presença de professores externos à comunidade;
- (C) essa escola não tem autonomia para a reorganização de seu tempo, espaço e currículo, se moldando às outras escolas de sua respectiva rede de ensino;
- (D) não se reconheceu a educação escolar indígena como uma modalidade de educação, de forma que ela não adquira direitos específicos frente ao ensino regular;
- (E) o português é considerado língua obrigatória para o ensino nacional, o que coloca o ensino das diferentes línguas indígenas como ensino de língua estrangeira.

53

O novo Plano Nacional de Educação (2014), assim como seu antecessor, tem por objetivo estabelecer diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação nacional.

Dividido em 20 metas, esse documento busca o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam:

- (A) a educação a distância na educação básica e em todas as suas modalidades;
- (B) o combate à violência no interior da escola, principalmente no ensino fundamental, onde é mais presente;
- (C) o fim da meritocracia em todas as dimensões dos processos educacionais no Brasil;
- (D) a redução do tempo de formação do professor da escola básica, em vista da grande carência de profissionais na educação nacional;
- (E) universalização do acesso à educação básica por pessoas com deficiência.

54

Em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a cultura negra conquistou um grande reconhecimento por parte da legislação educacional do Brasil, mas em muitas escolas pouco ou nada realmente se alterou.

“Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudanças nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras.” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2004)

Desse modo, uma forma que realmente dê conta do proposto pela legislação e que promova o reconhecimento da cultura negra na escola regular se faz:

- (A) através da história do desbravamento do continente africano, principalmente com a expansão do islamismo em regiões do norte da África a partir do sec. VII;
- (B) com a oferta de disciplinas complementares aos alunos negros que busquem valorizar e desenvolver a cultura negra, principalmente em comunidades quilombolas;
- (C) por uma educação patrimonial que se dê a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, buscando preservá-lo e difundi-lo;
- (D) com o desenvolvimento de projetos no contraturno da escola, destinados aos alunos negros, que busquem promover atividades culturais para o fortalecimento de sua identidade;
- (E) através de um trabalho de reforço com os alunos negros, para que eles adquiram melhores condições de superação do fracasso escolar.

55

A partir de 2003, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem, aos poucos e timidamente, sendo alvo de mais políticas e ações do governo, como por exemplo:

- (A) o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (2004), que mede o nível de rendimento das instituições de ensino regular;
- (B) o Projeto Escola Jovem (2003), que tinha como principal objetivo o desenvolvimento da EJA em escala nacional;
- (C) o Projeto Mais Educação (2010), que desenvolve atividades complementares com alunos do ensino regular;
- (D) o FUNDEB (2007), que ao substituir o FUNDEF (1998), passou a disponibilizar uma parcela de seu orçamento à EJA;
- (E) a Prova Brasil (2005), que busca averiguar a qualidade do ensino regular nacional em escolas públicas.

56

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989, p. 4.

Com base no trecho citado, pode-se afirmar que o antropólogo norte-americano conceitua cultura como:

- (A) a passagem do estado animal ao de humanidade, mediante um salto cognitivo na filogenia dos primatas;
- (B) o entrelaçamento de significados e signos interpretáveis, elaborados pelos homens;
- (C) o conjunto de estruturas que estabelecem interdições culturais e morais, como o incesto;
- (D) os costumes e hábitos transmitidos a cada indivíduo pela sociedade, capazes de impor normas de conduta;
- (E) as crenças elaboradas pelos homens para significar o mundo natural e social ao seu redor.

57

Relacione os direitos culturais abaixo com seus respectivos exemplos.

1. Direito à identidade.
2. Direito de acesso e participação na vida cultural.
3. Direito à educação e formação.
4. Direito à cooperação cultural.

- A liberdade de criar, fruir e difundir bens e serviços culturais e a proteção dos interesses materiais e morais ligados ao fruto destas atividades culturais.

- O conhecimento e o aprendizado dos direitos humanos, podendo receber e ministrar conhecimentos na própria língua.

- O respeito dos diversos modos de expressão cultural e a liberdade de escolher o pertencimento a uma ou várias comunidades culturais.

- A possibilidade de participar democraticamente do desenvolvimento cultural das comunidades a que pertence e a outras.

A sequência correta é:

- (A) 1, 3, 2 e 4;
- (B) 2, 3, 4 e 1;
- (C) 3, 1, 4 e 2;
- (D) 2, 3, 1 e 4;
- (E) 4, 2, 3 e 1.

58

Armazenamento ordenado de documentos, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.

A descrição acima corresponde a:

- (A) biblioteca;
- (B) coleção;
- (C) arquivo;
- (D) museu;
- (E) acervo.

59

As sociedades desenvolvidas estão caracterizadas hoje por duas tendências, à primeira vista contrapostas: de um lado, se afirmam cada vez mais processos voltados para a constituição do mundo como unidade global, com a difusão de estruturas e modelos culturais de tipo homogeneizante, que dissolvem a diversidade dos contextos sociais tradicionais; de outro lado, com base no reconhecimento da dignidade inerente a toda cultura, acentua-se o direito à própria diversidade, com o fortalecimento de movimentos de tipo particularistas.

Traduzido de CRESPI, Franco. *Identità e riconoscimento nella sociologia contemporanea*. Roma: Laterza, 2004, p. 13.

A respeito das relações entre multiculturalismo e identidade no mundo globalizado em que vivemos, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

O multiculturalismo é a tomada de consciência de que a multiplicidade de diferenças está inserida em um processo de transformações radicais da sociedade e da política.

Nas atuais sociedades desenvolvidas, as identidades sociais são estáticas, pois foram incorporadas no processo político de formação dos estados nacionais, que absorveram todos os sentimentos identitários preexistentes.

No sistema global atual, o novo espaço identitário se expressa como expectativa, escolha, mudança e gestão de uma pluralidade de estilos de vida, na inédita circulação de modelos, fluxos e consumos.

A sequência correta é:

- (A) V - F - V;
- (B) F - V - V;
- (C) V - F - F;
- (D) F - V - F;
- (E) F - F - V.

60

Produzir cultura quer dizer criar novas expressões de arte em sua forma tangível e intangível e, na época da sociedade do conhecimento e dos mercados globais, tornou-se também uma atividade econômica de relevo. Assim, o valor econômico e estratégico da produção cultural no atual contexto:

- (A) consiste em considerar o Estado como único agente capaz de tutelar a cultura, subtraindo-a do mercado e preservando o seu valor histórico original;
- (B) se materializa na superação do modelo de elaboração de políticas públicas de produção cultural, patrimonializando a cultura e defendendo-a da exploração da iniciativa privada;
- (C) se concentra em setores inovadores como os da restauração e catalogação de bens culturais, incentivando o mercado de livros de arte;
- (D) se baseia na distinção entre políticas comerciais privadas e políticas públicas, reservando à intervenção pública em campo cultural o papel de corrigir eventuais falhas do mercado;
- (E) está associado às atividades da economia criativa, impulsionando setores como os de gastronomia, design, moda e música.

61



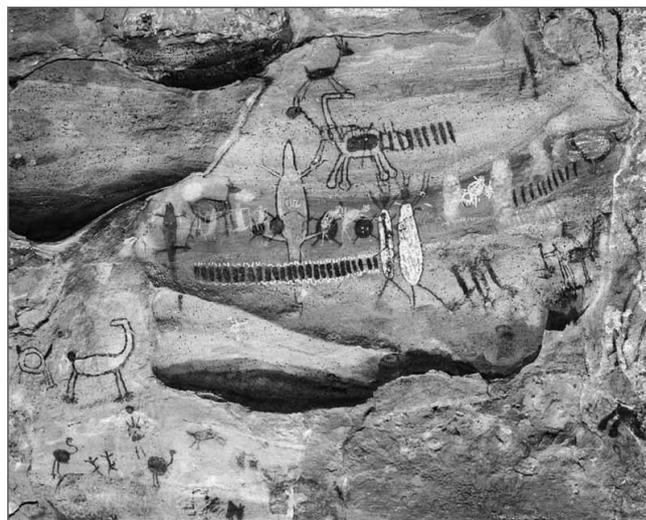
1. Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Belém do Pará.



2. Feira de Caruaru, Pernambuco.



3. Estátua do Cristo Redentor, Rio de Janeiro.



4. Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí.

São exemplos de patrimônio cultural imaterial:

- (A) 1 e 2;
- (B) 1 e 3;
- (C) 1 e 4;
- (D) 2 e 3;
- (E) 2 e 4.

62

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2003 estabeleceu a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*.

Em relação a essa *Convenção*, analise as afirmativas a seguir.

I. Ocupa-se com a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e com a cooperação e assistências internacionais, contando com o serviço de especialistas e de subvenção em caso de necessidade.

II. Normatiza, com fins de salvaguarda, que cada Estado Parte estabeleça inventários do patrimônio cultural imaterial em seu território.

III. Constitui-se como instrumento bilateral não-vinculante entre os Estados Partes, sob supervisão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio.

Assinale se:

- (A) somente a afirmativa I estiver correta;
- (B) somente a afirmativa II estiver correta;
- (C) somente a afirmativa III estiver correta;
- (D) somente as afirmativas I e II estiverem corretas;
- (E) todas as afirmativas estiverem corretas.

63

Uma determinação do Decreto-Lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, é:

- (A) a criação, caso a caso, de categorias de registro, sem critérios prévios, de modo a contemplar a variedade do patrimônio imaterial brasileiro;
- (B) a autorização para que empresas solicitem a instauração do processo de registro de um bem imaterial, desde que assumam o financiamento de seu eventual restauro;
- (C) a instituição do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial como concretização de uma política específica de inventário do patrimônio imaterial;
- (D) a supervisão do processo de registro efetivada por pessoas físicas e jurídicas, como medida de democratização do debate sobre políticas públicas na área da cultura;
- (E) a perpetuação do registro do bem imaterial inventariado como patrimônio cultural do Brasil, de maneira a protegê-lo da possível destruição por parte das gerações futuras.

64

Trata-se de um dos dispositivos de proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico nacional, criados ao longo do século XX:

- (A) o Decreto-Lei nº 25/1937, sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que fundou o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC);
- (B) o Decreto-Lei nº 4.146/1942, sobre a proteção dos depósitos fossilíferos, que estabeleceu que os mesmos são propriedade da Nação;
- (C) Lei nº 3.924/1961, sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos, que reserva à União o direito exclusivo de realizar escavações para fins arqueológicos;
- (D) a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, que institui os Livros do Tombo como procedimento de inscrição dos bens patrimoniais culturais materiais;
- (E) o Decreto nº 1.874/1996, sobre a delimitação da área correspondente à primeira descrição geográfica do Brasil, que considera o mar territorial e a plataforma continental brasileira como patrimônio paisagístico e ambiental.

65

O Ministério da Cultura (MinC) possui em sua organização administrativa sete entidades vinculadas - três autarquias e quatro fundações - que compõem o denominado Sistema MinC, cada uma com atuação em área específica.

Uma dessas autarquias é o (a):

- (A) Conselho Nacional de Cinema;
- (B) Fundação Cultural Palmares;
- (C) Casa da Cultura Luiz Gonzaga;
- (D) Espaço Pasárgada;
- (E) Instituto Brasileiro de Museus.

66

Segundo as diretrizes do Conselho Internacional de Arquivos, um programa de gestão de documentos deve ser desenvolvido em três fases: produção; utilização e conservação; e destinação (eliminação). Leia os trechos abaixo, que descrevem as principais atividades relacionadas a cada uma dessas fases.

1. Criação e melhoramento dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados, gestão de correio e telecomunicações, seleção e uso de equipamento reprográfico, análise de sistemas, produção e manutenção de programas de documentos vitais e uso de automação e reprografia nestes processos.
2. Identificação e descrição das séries documentais, estabelecimento de programas de avaliação, arquivamento intermediário, eliminação e recolhimento dos documentos de valor permanente às instituições arquivísticas.
3. Concepção e gestão de formulários, preparação e gestão de correspondência, gestão de informes e diretrizes, fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologias modernas a esses processos.

Os trechos 1, 2 e 3, descrevem respectivamente as fases:

- (A) destinação - Utilização e conservação – Produção;
- (B) utilização e conservação - Produção – Destinação;
- (C) produção - Destinação - Utilização e conservação;
- (D) utilização e conservação - Destinação – Produção;
- (E) destinação - Produção - Utilização e conservação.

67

Com relação às competências da União, dos Estados e do Distrito Federal a respeito da legislação sobre cultura, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- A proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural é competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- Compete privativamente aos Estados impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de bens de valor histórico, artístico e cultural.
- Compete privativamente à União proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

A sequência correta é:

- (A) V - F - V;
- (B) F - V - V;
- (C) V - F - F;
- (D) F - V - F;
- (E) F - F - V.

68

Em relação ao Plano Nacional de Cultura (PNC), analise as afirmativas a seguir:

- I. Foi elaborado a partir de fóruns, seminários e consultas públicas realizados com a sociedade civil, fundamentando-se legalmente na Constituição de 1988.
- II. Está apoiado em uma visão de longo prazo de cultura, a partir dos valores de sustentabilidade e planejamento, haja vista suas metas, previstas para 2020.
- III. Uma das etapas do PNC é a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura, baseado no modelo de dados abertos, visando à participação da sociedade civil.

Assinale se:

- (A) somente a afirmativa I estiver correta;
- (B) somente a afirmativa II estiver correta;
- (C) somente a afirmativa III estiver correta;
- (D) somente as afirmativas I e II estiverem corretas;
- (E) todas as afirmativas estiverem corretas.

69

Para nortear as ações a serem desenvolvidas no campo museológico, a Política Nacional de Museus lançada em 2003 propõe, entre seus eixos programáticos:

- (A) formação e capacitação de recursos humanos e informatização de museus;
- (B) democratização e acesso aos bens culturais e implantação da educação patrimonial como disciplina escolar;
- (C) aquisição preferencial de acervos museológicos e artísticos portugueses, por constituírem a raiz histórica de nossa identidade;
- (D) financiamento para museus e criação do Fundo Amazônia, para fomentar a preservação da cultura indígena brasileira;
- (E) gestão e configuração do campo museológico com a criação e regulamentação legal da profissão de museólogo.

70

A afirmativa que identifica corretamente uma característica da legislação brasileira voltada para o incentivo fiscal às atividades culturais e ao fomento à atividade audiovisual é:

- (A) a Lei nº 8.313/1991, também conhecida como Lei Rouanet, instituiu o Fundo Nacional de Cultura, para financiamento de 100% de projetos culturais que demonstrarem impossibilidade de contrapartida da iniciativa privada;
- (B) a Política Nacional do Cinema, instituída a partir de 2001, inova em relação à Lei Rouanet, pois autoriza empresas estrangeiras a programar e distribuir obras audiovisuais nacionais e estrangeiras em meios eletrônicos de comunicação de massa;
- (C) o Programa Nacional de Apoio à Cultura, instituído pela Lei Rouanet, objetiva captar recursos para, entre outras coisas, promover e estimular a regionalização da produção cultural brasileira, valorizando os recursos humanos locais;
- (D) a Lei Rouanet constituiu Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) como pessoa jurídica capaz de captar recursos no mercado para financiamento de projetos nacionais da área cinematográfica e fonovideográfica;
- (E) o Fundo Nacional de Cultura foi concebido como um fundo monetário cujos recursos estão destinados a projetos culturais e artísticos aprovados pelas secretarias municipais de cultura, de modo a distribuir tais recursos equitativamente no país.

Realização

